

• DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

Questão 01

Considerando-se o prazo para recorrer, é **CORRETO** afirmar que, em processo civil, esse prazo

- A) é tido como impróprio.
- B) jamais se interrompe.
- C) será contado em dobro em favor dos litisconsortes, quando estes tiverem diferentes procuradores.
- D) será contado em quádruplo em favor da Fazenda Pública.

Questão 02

Designada a audiência de instrução e julgamento e arrolado como testemunha o juiz da causa, este, tendo conhecimento dos fatos, deve

- A) apresentar, na própria audiência, por escrito, suas declarações, prosseguindo na colheita das provas e julgamento da demanda.
- B) declarar-se impedido, cabendo a seu substituto legal instruir e julgar a demanda.
- C) indeferir o pedido de sua oitiva, porquanto não se permite que o juiz da causa seja arrolado como testemunha.
- D) oficial a seu substituto legal para que este presida a audiência de instrução, apenas, sem proferir sentença.

Questão 03

Considerando-se o procedimento sumário, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a antecipação de tutela, por ser incompatível com o rito sumário, ao ser pedida pelo autor, impõe, necessariamente, a conversão do procedimento sumário em ordinário.
- B) a impugnação ao valor da causa será decidida pelo juiz na própria audiência de conciliação.
- C) o agravo das decisões sobre matéria probatória, ou proferidas em audiência, será sempre retido.
- D) o rito sumário será observado nas ações de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.

Questão 04

Considerando-se o preparo do recurso de apelação, é **CORRETO** afirmar que

- A) a insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de cinco dias.
- B) a parte deverá efetuar o pagamento do preparo após o despacho de admissibilidade do recurso.
- C) o momento adequado para o preparo é o de recebimento das contra-razões.
- D) o preparo será feito tão logo seja a parte intimada do seu valor.

Questão 05

É **CORRETO** afirmar que cabem embargos infringentes quando

- A) o acórdão não unânime houver confirmado, em grau de apelação, a sentença de mérito.
- B) o acórdão não unânime houver julgado procedente ação rescisória.
- C) o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença que extinguiu o processo sem julgamento do mérito.
- D) o prazo de cinco dias para sua interposição e resposta for devidamente observado.

Questão 06

Considerando-se o recurso de agravo, é **INCORRETO** afirmar que

- A) deverá o preparo do agravo retido ser comprovado no prazo de interposição do recurso, sob pena de deserção.
- B) não se conhecerá do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
- C) será admitida a interposição oral do agravo retido das decisões interlocutórias proferidas em audiência, a constar do respectivo termo, expostas sucintamente as razões que justifiquem o pedido de nova decisão.
- D) será retido o agravo das decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e das posteriores à sentença, salvo nos casos de dano de difícil e incerta reparação, nos de inadmissão de apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida.

Questão 07

A aquisição da propriedade dos imóveis que integram a herança, pelos herdeiros legítimos, dá-se

- A) com a abertura da sucessão, pelo direito hereditário.
- B) com o registro do formal de partilha nos Cartórios do Registro de Imóveis competentes.
- C) com o trânsito em julgado da sentença que homologa a partilha.
- D) quando concluído o inventário.

Questão 08

É **CORRETO** afirmar que será considerado nulo de pleno direito todo ato jurídico, quando

- A) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- B) for praticado por pessoa relativamente incapaz.
- C) for praticado com vício resultante de coação.
- D) for praticado com vício resultante de erro, dolo, simulação ou fraude.

Questão 09

Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta uma regra aplicável às doações.

- A) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice é anulável.
- B) A doação dos pais aos filhos importa adiantamento da legítima.
- C) A doação poderá conter cláusula de retorno do bem ao doador, se este sobreviver ao donatário.
- D) A doação verbal não é admissível no direito brasileiro, devendo sempre se fazer por escritura pública ou instrumento particular.

Questão 10

Entre os seguintes requisitos, o *único* que o pagamento **NÃO** reclama é

- A) a existência de uma obrigação anterior.
- B) a pessoa que deve efetuá-lo.
- C) a pessoa que deve recebê-lo.
- D) o não-cumprimento da obrigação.

Questão 11

Considerando-se a natureza e a realização de contratos, é **INCORRETO** afirmar que

- A) nenhum dos contraentes, nos contratos bilaterais, antes de cumprida sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
- B) o alienante, nos contratos onerosos, pelos quais se transfere o domínio, posse ou uso, será obrigado a resguardar o adquirente dos riscos de evicção, toda vez que se não tenha excluído expressamente esta responsabilidade.
- C) o direito brasileiro veda ao credor ceder seu crédito por título oneroso.
- D) o distrato se faz pela mesma forma que o contrato, mas a quitação vale, qualquer que seja sua forma.

Questão 12

Considerando-se os direitos reais de garantia, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a coisa dada em garantia, nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, fica sujeita, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação.
- B) a extinção da hipoteca só começa a ter efeito contra terceiros depois de

averbada no respectivo registro.

- C) o devedor, ou outrem por ele, pode constituir hipoteca, entregando ao credor um imóvel e cedendo-lhe o direito de perceber, em compensação da dívida, os frutos e rendimentos.
- D) o penhor se constitui pela tradição efetiva, que, em garantia do débito, ao credor, ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de um objeto móvel, suscetível de alienação.

• DIREITO COMERCIAL

Questão 13

Assinale a proposição **INCORRETA**:

- A) O Poder Público com relação à atividade comercial, dentre outras funções, atua para coibir abusos econômicos e para arrecadar impostos.
- B) A não obtenção de lucro não descaracteriza o ato de comércio.
- C) A compra e venda de imóveis é atividade não excluída do Direito Comercial.
- D) Os interditos não podem exercer o comércio.

Questão 14

Sobre a propriedade industrial, assinale a proposição **CORRETA**:

- A) As invenções, os desenhos industriais, os modelos e as marcas não são tutelados juridicamente pela Lei da Propriedade Industrial.
- B) A propriedade industrial e os direitos de autor não são ramos da propriedade intelectual.
- C) O direito de autor não tutela juridicamente a criação e a utilização econômica de obras intelectuais estéticas de cunho científico.
- D) A Lei nº 9.279, de 14/05/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, não protege a descoberta.

Questão 15

Sobre as sociedades mercantis, assinale a proposição **INCORRETA**:

- A) Quanto à estrutura econômica, as sociedades comerciais podem ser de capitais sob a forma de sociedade anônima.
- B) Quanto à forma do capital, as sociedades mercantis podem ser de capital fixo ou variável.
- C) Quanto à responsabilidade patrimonial dos sócios, poderá ser solidária e ilimitada pelas obrigações societárias.
- D) Quanto ao capital social das sociedades mercantis, o mesmo só pode ser constituído em dinheiro.

Questão 16

Sobre títulos de créditos, assinale a proposição **INCORRETA**:

- A) O protesto obrigatório ou necessário tem por objetivo a preservação de direitos, e o protesto facultativo tem por objetivo fazer prova.
- B) A nota promissória e o *warrant* são títulos de crédito que se constituem em uma promessa de pagamento; a letra de câmbio é um título de crédito que se constitui em uma ordem de pagamento, e o cheque é um título de crédito que se constitui em uma ordem de pagamento à vista.
- C) A letra imobiliária é um título de crédito cotável nas bolsas de valores.
- D) O protesto do título de crédito, lavrado no Notariado de Protestos, suspende a prescrição.

Questão 17

Sobre Direito Falimentar, assinale a proposição **INCORRETA**:

- A) A massa falida não tem personalidade jurídica.
- B) A condição paritária ou igual dos credores é procedimento adotado no processo de falência.
- C) Os credores preferenciais não se sujeitam aos efeitos da concordata.
- D) Ao contrário da falência, a concordata preventiva não impõe restrições à liberdade do comerciante quanto à alienação de bens, sem autorização judicial.

Questão 18

Sobre contratos mercantis, assinale a proposição **INCORRETA**:

- A) As empresas servem-se do *lease-back* para desmobilizar parte de seus ativos imobilizados empregando o dinheiro da operação como capital de giro.
- B) No contrato de *factoring*, o faturizado e o faturizador devem ser, obrigatoriamente, comerciantes.
- C) O objeto do contrato de compra-e-venda mercantil é a coisa.
- D) A forma de remuneração do franqueador (taxas, *royalties*) é um dos elementos essenciais do contrato de *franchising*.

• DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

Questão 19

Sobre o crime omissivo impróprio ou comissivo por omissão, é **ERRADO** dizer que:

- A) Trata-se de crime próprio, uma vez que somente determinada pessoa ou pessoas podem praticá-lo.
- B) Admite tanto a forma dolosa, quanto a culposa.
- C) Trata-se de crime de mera atividade, uma vez que sua consumação não requer qualquer resultado material.
- D) Admite tentativa.

Questão 20

Sobre o crime de apropriação indébita previdenciária, é **CORRETO** dizer que:

- A) Não apresenta objeto material.
- B) É um crime próprio.
- C) O tipo subjetivo admite a culpa.
- D) A ação penal é pública condicionada à representação.

Questão 21

O princípio de Direito Penal que veda a responsabilidade objetiva é o da:

- A) Culpabilidade.
- B) Lesividade.
- C) Reserva legal.
- D) Insignificância penal.

Questão 22

O prazo para oferecimento de queixa-crime, no caso de crimes contra a honra previstos na chamada Lei de Imprensa (Lei 5.250/67) é de:

- A) 01 mês.
- B) 03 meses.
- C) 04 meses.
- D) 06 meses.

Questão 23

O recurso de AGRAVO no processo penal, dentre outras situações, é cabível:

- A) Contra decisão que recebe a denúncia, devendo obedecer ao rito do agravo de instrumento previsto no Código de Processo Civil.
- B) Contra decisão que rejeita a denúncia, devendo obedecer ao rito do recurso em sentido estrito previsto no Código de Processo Penal.

- C) Contra a decisão que concede a liberdade condicional, devendo obedecer ao rito do recurso em sentido estrito previsto no Código de Processo Penal.
- D) Contra decisão que nega a liberdade condicional, devendo obedecer ao rito de agravo de instrumento previsto no Código de Processo Civil.

Questão 24

No processo penal, o chamado “juízo de retratação” é próprio do recurso:

- A) De apelação.
- B) Em sentido estrito.
- C) Embargos de declaração.
- D) Embargos infringentes.

Questão 25

A prisão temporária (lei 7.960/89) poderá ser decretada:

- A) Pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público e mediante representação da autoridade policial.
- B) Pelo promotor ou juiz, de ofício.
- C) Pelo delegado de polícia, de ofício, no curso do inquérito policial.
- D) Pelo juiz, a requerimento do Ministério Público e mediante representação da autoridade policial.

Questão 26

O legislador pátrio, quanto ao problema da eficácia temporal da lei processual penal,

adotou o princípio da:

- A) Aplicação imediata.
- B) Retroatividade.
- C) Ultratividade.
- D) Territorialidade.

Questão 27

O sistema adotado para a apreciação da prova no julgamento em plenário dos crimes de competência do Tribunal do Júri é o:

- A) Legal.
- B) Do livre convencimento motivado.
- C) Da íntima convicção.
- D) Hierarquia das provas.

Questão 28

Marque apenas a alternativa **CORRETA**:

- A) O inquérito policial trata-se de um procedimento administrativo, desta forma eventual irregularidade praticada nesta fase anula, necessariamente, a ação penal subsequente.
- B) A prisão temporária poderá ser decretada pelo Delegado de Polícia, apenas na fase do inquérito policial e somente quando se tratar de prática de crimes hediondos.

- C) O inquérito policial é prescindível à propositura da denúncia.
- D) Nos crimes de ação penal privada, o Delegado de Polícia poderá instaurar inquérito policial, independente da autorização da vítima ou de seu representante legal.

Questão 29

Dentre os crimes descritos abaixo, todos são da competência do Tribunal do Júri, **EXCETO:**

- A) Infanticídio tentado.
- B) Latrocínio consumado.
- C) Homicídio tentado.
- D) Aborto provocado por terceiros sem o consentimento da gestante.

• DIREITO DO TRABALHO

Questão 30

Quanto às comissões de conciliação prévia, instituídas pela Lei 9958/00, é **CORRETO** afirmar:

- A) A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo cinco e no máximo dez membros, observadas as normas legais.
- B) A Comissão instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e normas de funcionamento definidas em convenção ou acordo coletivo.
- C) A Comissão de conciliação prévia somente poderá ser instituída no âmbito da empresa, tendo o número mínimo de três e máximo de dez componentes.
- D) Os membros da Comissão de conciliação prévia, tanto os indicados pelo empregador, quanto os eleitos pelos colegas, empregados, gozam de estabilidade provisória, sendo vedada a dispensa desde a indicação até um ano após o término do mandato.

Questão 31

Indique a resposta **CORRETA**. Se o marido e a mulher trabalham na mesma empresa:

- A) Só o marido tem direito às cotas do salário-família relativas aos filhos menores.
- B) Só a esposa tem direito às cotas do salário-família relativas aos filhos menores.
- C) Ambos têm direito às quotas do salário-família relativas aos filhos menores.
- D) Só têm direito às quotas do salário-família enquanto durar a sociedade conjugal.

Questão 32

Assinale a afirmativa **CORRETA**:

- A) Será obrigatório o exame médico, por conta do empregado, sempre que este pretender admissão na empresa, observadas as normas expedidas pelo Ministério do Trabalho.
- B) O empregador manterá, no estabelecimento, material imprescindível à prestação de primeiros socorros médico-hospitalares, de acordo com a atividade laboral dos empregados.
- C) A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.
- D) O empregador é desobrigado de fornecer aos empregados equipamentos de proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

Questão 33

Quanto a expressão **serviço efetivo**, é **CORRETO** afirmar:

- A) Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.
- B) Considera-se como serviço efetivo o período em que o empregado esteja afastado por licença médica após 15 (quinze) dias.
- C) Considera-se como efetivo trabalho aquele período em que o empregado fica à disposição do empregador, em seu domicílio, com telefone.
- D) Nenhuma das alternativas acima encontra-se correta.

Questão 34

Indique a resposta **CORRETA**. Nas reclamações trabalhistas enquadradas no procedimento sumaríssimo:

- A) O pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.
- B) O pedido poderá ser certo ou determinado sendo dispensável à parte autora a indicação de valor da causa.
- C) Admite-se notificação por edital, quando o réu não for encontrado.
- D) A apreciação da demanda deverá ocorrer em dez dias a contar do ajuizamento, devendo constar de pauta especial, se necessário para o cumprimento do prazo legal.

Questão 35

Indique a resposta **CORRETA**. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- A) Seguro-desemprego, em caso de despedida voluntária.
- B) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- C) Salário inferior ao mínimo da categoria, para os que percebem remuneração variável.
- D) Proteção do salário na forma da lei e da convenção coletiva da categoria, não constituindo crime sua retenção dolosa.

Questão 36

Indique a resposta **CORRETA**. Os conflitos de jurisdição trabalhista podem ser

suscitados:

- A) Pelos juízes do trabalho e Tribunais do Trabalho; da justiça do trabalho.
- B) Pelo procurador-geral e pelos procuradores regionais da justiça do trabalho.
- C) Pela parte interessada, ou seu representante.
- D) Todas as alternativas acima estão corretas.

• DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 37

Assinale a opção **CORRETA**:

O preceito constitucional estabelecido no inciso LXIII do artigo 5º da CF/88: “*O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado*”.

- A) Podendo, entretanto, seu silêncio ser interpretado em prejuízo de sua defesa, se não justificar as razões do silêncio.
- B) Da recusa em depor não poderá advir qualquer gravame ao preso, pois tem o direito constitucional ao silêncio.
- C) Podendo, entretanto, seu silêncio ser interpretado em prejuízo da própria defesa.
- D) Nenhuma das opções é correta.

Questão 38

Assinale a opção **CORRETA**:

O princípio constitucional do “*acesso ao poder judiciário*”:

- A) Deve ser exercido nos termos da lei complementar que o disciplina.

- B) Tem sua eficiência dependente do prévio esgotamento da via administrativa.
- C) Assegura o direito de pleitear a prestação jurisdicional sempre que um direito for lesado ou ameaçado de lesão.
- D) Pode ser excluído da ordem constitucional vigente por emenda constitucional.

Questão 39

Nos termos do disposto na CF/88, a inviolabilidade das comunicações telefônicas, direito assegurado por norma constitucional, admite exceções:

- A) Para resolver casos de seqüestro de pessoas, independentemente de autorização judicial.
- B) Para fins de investigação ou instrução penal, desde que haja autorização judicial.
- C) Nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, e mediante autorização judicial.
- D) Nas hipóteses que a lei estabelecer, ainda que sem autorização judicial.

Questão 40

A competência da União é privativa para legislar sobre as matérias arroladas no art. 22 da CF/88, podendo, entretanto:

- A) Ser editada lei complementar autorizando os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias ali relacionadas.
- B) Os Estados e Municípios legislarem suplementarmente, desde que respeitada a norma geral da União.
- C) Os Estados, quando inexistir sobre a matéria lei federal, legislarem plenamente.
- D) Os Estados legislarem, ficando, entretanto, as respectivas leis suspensas quando da superveniência da lei federal.

Questão 41

É competência privativa da União legislar sobre

- A) Energia, trânsito e previdência social.
- B) Trânsito, previdência social e direito econômico.
- C) Previdência social, águas e direito econômico.
- D) Águas, energia e trânsito.

• DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 42

A outorga da prestação de serviço público precedido de obra pública, por meio de contrato de concessão, pode ser dada a

- A) agência executiva.
- B) organização social.

- C) órgão da Administração Pública direta.
- D) pessoa jurídica ou consórcio de empresas.

Questão 43

A Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG, empresa de economia mista criada pelo Estado de Minas Gerais, decidiu pela construção de uma barragem hidrelétrica no Rio Paraopeba.

Para efetivar seu intento, essa empresa depende de

- A) autorização da Assembléia Legislativa.
- B) autorização da Secretaria de Estado de Minas e Energia.
- C) concessão da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.
- D) concessão do Instituto de Gerenciamento de Águas de Minas-IGAM.

Questão 44

O atributo do bem público que, especificamente, traduz a necessidade de precatório para a execução de decisões judiciais contra a Fazenda Pública é a

- A) impenhorabilidade.
- B) imprescritibilidade.
- C) inalienabilidade.
- D) não-oneração.

Questão 45

A dação em pagamento de bem público imóvel condiciona-se ao atendimento de todos os seguintes requisitos, **EXCETO**

- A) Autorização legislativa

- B) Avaliação prévia
- C) Demonstração do interesse público
- D) Licitação

Questão 46

No que diz respeito aos órgãos e cargos públicos, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a publicidade dos atos praticados por órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- B) as contratações por tempo determinado não dependem de aprovação em concurso público.
- C) as funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais previstos em lei.
- D) o salário-família, a licença-paternidade e a redução dos riscos inerentes ao trabalho, entre outros, são direitos trabalhistas aplicáveis aos servidores ocupantes de cargos públicos.

• DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 47

Considerando-se as normas gerais de Direito Tributário, é **CORRETO** afirmar que

- A) a capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- B) a interrupção da prescrição em favor de um dos obrigados, na solidariedade passiva, não aproveita aos demais.
- C) a sentença judicial transitada em julgado é norma complementar tributária.
- D) o emprego da analogia não pode resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

Questão 48

Considerando-se as normas gerais de Direito Tributário, é **CORRETO** afirmar que

- A) a concessão de moratória em caráter individual gera direito adquirido.
- B) a revisão do lançamento pode ser iniciada após o prazo prescricional para a cobrança do tributo.
- C) a transação suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- D) o pagamento do tributo pode ser feito em vale postal, observados os termos da legislação tributária.

Questão 49

Considerando-se o exercício da competência tributária, é **CORRETO** afirmar que

- A) a lei complementar federal não pode conceder isenção de ICMS para produtos destinados ao exterior.
- B) a União, no caso de guerra externa, pode instituir, por lei ordinária, imposto cujo fato gerador é a propriedade de imóveis urbanos, que não se submete ao princípio da anterioridade.
- C) as imunidades são regulamentadas por leis ordinárias.

D) as medidas provisórias podem instituir novas fontes de custeio da seguridade social.

Questão 50

Considerando-se o exercício da competência tributária, é **CORRETO** afirmar que

- A) a competência tributária, no caso de transmissão *causa mortis* de imóveis, é do Município onde se localiza o bem.
- B) a União pode instituir imposto de exportação sobre produtos adquiridos do Japão, nacionalizados no Brasil e, posteriormente, exportados.
- C) o imposto sobre a transmissão de bens *inter vivos* é de competência dos Estados.
- D) o IPTU somente pode ser progressivo para assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

• DIREITO INTERNACIONAL

Questão 51

Assinale a opção **CORRETA**:

- A) O legislador brasileiro optou pelo local da execução do contrato para estabelecer a lei aplicável.
- B) O legislador brasileiro elegeu o local da celebração do contrato como determinador da lei aplicável.
- C) O legislador brasileiro afastou qualquer possibilidade de escolha das partes contratantes pela lei aplicável.
- D) O legislador brasileiro permite que a autonomia da vontade das partes prevaleça sobre a ordem pública e constitucional.

Questão 52

Assinale a opção **CORRETA**:

- A) Nenhum brasileiro será extraditado a não ser que haja expressa previsão de tal possibilidade no Tratado de Extradicação e o Estado ativo assumo o compromisso de aplicar a detração em sua pena.
- B) Apenas o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado e, mesmo assim, caso tenha cometido crime comum, antes da naturalização, ou haja comprovado

envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

- C) Apenas será concedida a extradição de brasileiro nato se não for comprovada a ubiqüidade.
- D) Não será concedida a extradição de estrangeiro casado com cidadã brasileira a mais de cinco anos, ou, caso não tenha ainda completado cinco anos de casado, que tenha filho menor dependente de suas atividades econômicas.

Questão 53

Assinale a opção **CORRETA**:

- A) O Mercosul é uma Zona de Livre Comércio porque limita-se às concessões recíprocas entre os países que o integram, não possuindo política externa comum.
- B) O Mercosul é, ainda, uma União Aduaneira incompleta uma vez que não apresenta livre circulação de fatores produtivos como capital e trabalho e sequer conseguiu implementar uma Tarifa Externa Comum para todos os produtos comercializados.
- C) O Mercosul já pode ser considerado um Mercado Comum dada a total inexistência de limitações à circulação de fatores produtivos.
- D) O Mercosul ainda não é uma União Econômica somente porque lhe falta implementar uma moeda comum.

Questão 54

Assinale a opção **CORRETA**:

- A) O GATT é o tratado geral sobre tarifas e comércio que antecedeu à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e no qual são previstas, desde antes da OMC, cláusulas regulando o comércio mundial de manufaturados, serviços e produtos primários, mediante o emprego da “Cláusula de Nação Mais Favorecida”.
- B) O GATT é o tratado geral sobre tarifas e comércio que antecedeu à criação da OMC e no qual são previstas cláusulas regulando o comércio mundial, impedindo práticas protecionistas e afastando o emprego da “Cláusula de Nação Mais Favorecida”.
- C) O GATT é o tratado geral sobre tarifas e comércio que antecedeu à criação da OMC e no qual são previstas cláusulas regulando o livre comércio mundial, impedindo práticas protecionistas e tendo sido dividido, desde sua celebração, em 04 (quatro) partes, a saber: i) Cláusula de Nação Mais Favorecida; ii) Código Material de Condutas Comerciais; iii) Código Processual e iv) Disposições de Isonomia em relação aos países signatários em desenvolvimento.
- D) O GATT é o tratado geral sobre tarifas e comércio que antecedeu à criação da OMC e no qual eram previstas cláusulas regulando o livre comércio mundial, impedindo práticas protecionistas, porém, não regulava o comércio mundial de serviços e produtos primários.

• ESTATUTO DA OAB/CÓDIGO DE ÉTICA

Questão 55

Das regras Deontológicas Fundamentais, indique a alternativa **INCORRETA**:

- A) O advogado deve ter consciência de que o direito é um meio de mitigar as desigualdades para o encontro de soluções justas e que a lei é um instrumento para garantir a igualdade de todos.
- B) O advogado vinculado ao cliente ou constituinte, mediante relação empregatícia ou por contrato de prestação permanente de serviços, integrantes de

departamentos jurídicos, ou órgão de assessoria jurídica, pública ou privada, deve zelar pela sua liberdade e independência.

- C) O exercício da advocacia é compatível com qualquer procedimento de mercantilização.
- D) É legítima a recusa, pelo advogado, do patrocínio de pretensão concernente a lei ou direito que também lhe seja aplicável, ou contrarie expressa orientação sua, manifestada anteriormente.

Questão 56

No relacionamento do advogado com o cliente, indique a alternativa **INCORRETA**:

- A) Deve o advogado informar ao cliente de forma clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos de sua pretensão e das conseqüências que poderão advir da demanda.
- B) A conclusão ou desistência de causa, com ou sem a extinção do mandato, obriga o advogado à devolução de bens, valores e documentos recebidos no exercício do mandato, e a pormenorizada prestação de contas, não excluindo outras prestações solicitadas pelo cliente a qualquer momento.
- C) É um direito do advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.
- D) O advogado, ao postular em nome de terceiros, contra ex-cliente ou ex-empregador, judicial e extrajudicialmente, deve resguardar o segredo profissional e as informações reservadas ou privilegiadas que lhe tenham sido confiadas.

Questão 57

Marque a alternativa **INCORRETA**. Quanto ao estágio profissional, pode-se afirmar:

- A) O estágio profissional de advocacia, inclusive para graduados, é requisito necessário à inscrição no quadro de estagiários da OAB e meio adequado de aprendizagem prática.
- B) O estágio profissional de advocacia pode ser oferecido pela instituição de ensino superior autorizada e credenciada, em convênio com a OAB, complementando-se a carga horária do estágio curricular supervisionado com atividades práticas típicas de advogado e de estudo do Estatuto e do Código de Ética e Disciplina, observado o tempo conjunto mínimo de 300 (trezentas) horas, distribuídos em dois ou mais anos.
- C) O estagiário inscrito na OAB pode praticar isoladamente os seguintes atos, sob a responsabilidade do advogado: retirar e devolver autos em cartórios, assinando a respectiva carga; assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais e administrativos.
- D) Independentemente de autorização do advogado, o estagiário pode comparecer isoladamente, para o exercício de atos extrajudiciais.

Questão 58

Indique a alternativa **CORRETA**. Nos pedidos de inscrição nos quadros da OAB, quando indeferidos pela Comissão de Seleção e Prerrogativas, cabe recurso, cuja competência para decidir é:

- A) Do Conselho Estadual.
- B) Da 1ª Câmara do Conselho Estadual.
- C) Do Tribunal de Ética e Disciplina.
- D) Do Conselho Federal.

Questão 59

Indique a alternativa **CORRETA**. Sobre os recursos da OAB, pode-se afirmar:

- A) Todos os Recursos na OAB têm efeito suspensivos, exceto as hipóteses previstas no Estatuto e Regulamento Geral.
- B) Cabe recurso diretamente para o Conselho Federal de todas as decisões proferidas pelos Presidentes das Seccionais, pelos Tribunais de Ética e Disciplina, pela Diretoria das Caixas de Assistência dos Advogados.
- C) É cabível recurso ao Conselho Federal de todas as decisões definitivas proferidas pelo Conselho Seccional, quando não tenham sido unânimes, ou sendo unânimes, contrariem a lei 8.906/94, decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Estadual e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos.
- D) O Código de Ética e Disciplina estabelece o cabimento de recursos específicos, no âmbito de cada órgão julgador.

Questão 60

Marque a alternativa **INCORRETA**. As infrações disciplinares abaixo sujeitam-se a pena de suspensão:

- A) Deixar de pagar as contribuições, multas e preços de serviços devidos à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo.
- B) Incidir em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional.
- C) Fazer falsa prova de qualquer dos requisitos para inscrição na OAB.
- D) Recusar-se, injustificadamente, a prestar contas ao cliente de quantias recebidas dele ou de terceiros por conta dele.

BOA SORTE!

Edição Agosto/2002 - 1ª Etapa

Gabarito

Questão 01: C	Questão 11: C	Questão 21: A	Questão 31: C	Questão 41: C
Questão 02: B	Questão 12: C	Questão 22: B	Questão 32: C	Questão 42: C
Questão 03: A	Questão 13: C	Questão 23: D	Questão 33: A	Questão 43: C
Questão 04: A	Questão 14: D	Questão 24: B	Questão 34: A	Questão 44: C
Questão 05: B	Questão 15: D	Questão 25: D	Questão 35: B	Questão 45: C
Questão 06: A	Questão 16: D	Questão 26: A	Questão 36: D	Questão 46: C
Questão 07: A	Questão 17: D	Questão 27: C	Questão 37: B	Questão 47: C
Questão 08: A	Questão 18: C	Questão 28: C	Questão 38: C	Questão 48: C
Questão 09: D	Questão 19: C	Questão 29: B	Questão 39: C	Questão 49: C
Questão 10: D	Questão 20: B	Questão 30: B	Questão 40: A	Questão 50: C

Belo Horizonte, 9 de fevereiro de 2003.

Exame de Ordem - Março / 2003

Comunicado

O Presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem da OAB/MG, comunica que foi anulada a questão de nº. 05 da prova objetiva de múltipla escolha, realizada no dia 04.08.2002.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2002.

Eduardo Maneira
Presidente da CEE/OAB/MG

Exame de Ordem - Março / 2003

Após julgamento dos recursos, as bancas revisoras, à unanimidade, decidiram anular as questões de nºs 52, 58 e 59, atribuindo os pontos a todos os candidatos e, também por unanimidade, decidiram negar provimento aos demais recursos.